



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 17 367/2007

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 240/2007, de 21 de Junho, deogo, com faculdade de subdelegação, no Ministro da Presidência, Dr. Manuel Pedro da Cunha Silva Pereira, os poderes que me estão legalmente conferidos relativamente aos seguintes serviços e organismos:

- a) Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), I. P.;
- b) Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG);
- c) Agência Nacional para a Gestão do Programa Juventude em Acção;
- d) Agência para a Modernização Administrativa (AMA), I. P.

2 — Revogo as alíneas b), e), g), h), i) e m) do n.º 1 do meu despacho n.º 13 622/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Junho de 2005.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007, excepto quanto ao disposto na alínea c) do n.º 1, que produz efeitos a partir de 20 de Julho de 2007, e na alínea d) do n.º 1, que produz efeitos a partir de 17 de Maio de 2007, considerando-se ratificados os actos praticados ao abrigo da presente delegação.

27 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 17 368/2007

Considerando que a mestre Teresa Margarida do Carmo Fragoso é especialista em questões da área da igualdade de género, temática que importa enquadrar numa lógica integrada e estruturante:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio a mestre Teresa Margarida do Carmo Fragoso para prestar colaboração especializada no meu Gabinete, no âmbito das suas qualificações académicas e profissionais, com vista à definição do enquadramento técnico estruturante para a área da igualdade de género, nomeadamente na preparação e organização da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos que se comemora em 2007.

2 — É atribuída à nomeada a remuneração mensal de € 2750, acrescida de abono para despesas de representação, bem como dos subsídios de férias, de Natal e de refeição, em quantitativo equiparado aos adjuntos do meu Gabinete.

3 — A presente nomeação é feita por um ano, renovável tácita e automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

4 — Revogo o meu despacho n.º 530/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de Janeiro de 2006.

5 — Está assegurado o respectivo cabimento orçamental.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

24 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 196/2007

Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 4 de Julho de 2007, a pedido da Câmara Municipal de Viseu, declarou a utilidade pública da expro-

priação com carácter urgente da parcela de terreno a seguir referenciada e identificada na planta anexa:

Parcela n.º 1, com a área de 3038 m², propriedade de David Luís Figueiredo Dias de Almeida e de Ana da Costa Quintela Figueiredo Almeida, a desanexar do prédio rústico inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Santa Maria sob o artigo 283-R e descrito na Conservatória do Registo Predial de Viseu sob o n.º 1406.

A expropriação destina-se à execução da ligação da circular Sul ao Viso Sul.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º, e no exercício das competências previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 69/DMAJ, de 21 de Junho de 2007, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 131.054.06 daquela Direcção-Geral.

10 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

ANEXO



Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Despacho (extracto) n.º 17 369/2007

Por despacho de 17 de Julho de 2007 do presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., Luís Carlos Medeiros Couto de Sousa, docente do ensino não superior, em regime de requalificação, foi reclassificado para a categoria de assessor principal da carreira técnica superior de desporto do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva, ficando posicionado no escalão 4, índice 900,